

SUMÁRIO EXECUTIVO

VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

4ª EDIÇÃO - 2023



Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISAS

Patrocínio:

Uber

SUMÁRIO EXECUTIVO

VISÍVEL E INVISÍVEL:
A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES NO BRASIL
4ª EDIÇÃO - 2023

Ficha Técnica do Projeto

Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 4ª edição – 2023
Samira Bueno, Juliana Martins, Juliana Brandão, Isabela Sobral, Amanda Lagreca
Ilustrações: Lais Oliveira - Diagramação: Oficina22

Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil. 4ª edição, 2023

O crescimento acentuado da violência contra a mulher

Em sua quarta edição, a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” traz dados inéditos sobre diferentes formas de violência física, sexual e psicológica sofridas por mulheres com 16 anos ou mais no ano passado. Em comparação com as pesquisas anteriores, todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no último ano. Agressões físicas, ofensas sexuais e abusos psicológicos se tornaram ainda mais frequentes na vida das brasileiras. O assédio sexual, seja no ambiente de trabalho ou no transporte público, atingiu recordes inimagináveis. E, ainda que não se possa hierarquizar os traumas provocados pelas diferentes modalidades de violência, o fato é que estamos diante de um crescimento agudo de formas graves de violência física, que podem resultar em morte a qualquer momento. Neste sentido, embora os dados de feminicídios e homicídios dolosos de mulheres do ano de 2022 ainda não estejam disponíveis, não será surpresa se nos depararmos com o crescimento de ambas as modalidades de vio-



lência letal contra as mulheres. Infelizmente o Brasil ficou mais inseguro para todas nós.

Mas o que teria provocado crescimento tão acentuado da violência contra as mulheres em 2022? Embora seja difícil apontar uma única causa, muitos fatores podem ser aqui destacados como centrais para a compreensão do agravamento do cenário. O primeiro, já identificado em outros relatórios publicados por nós, tem relação com o desfinanciamento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher por parte do Governo Federal nos últimos quatro anos (FBSP, 2022a). Nota técnica produzida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostrou que em 2022 ocorreu a menor alocação orçamentária para o enfrentamento da violência contra mulheres em uma década. Sem recursos financeiros, materiais e humanos não se faz política pública.

A pandemia de Covid-19, por sua vez, comprometeu o funcionamento de serviços de acolhimento às mulheres em situação de violência. A restrição nos horários de funcionamento, as difi-

culdades de circulação impostas pelas necessárias medidas de isolamento social e a redução das equipes de atendimento foram fatores que afetaram em algum grau os serviços de saúde, assistência social, segurança e acesso à justiça em todo o país.

Um terceiro ponto a ser destacado tem relação com a ação política de movimentos ultraconservadores que se intensificaram na última década e elegeram, dentre outros temas, a igualdade de gênero como um tema a ser combatido. O movimento Escola sem Partido, por exemplo, incluiu o assunto em sua abordagem em 2011, o que vem sendo feito através da intimidação a docentes e proposição de projetos de lei que atacam a inclusão de questões relativas à igualdade de gênero, raça e sexualidade nos conteúdos escolares (Ação Educativa, Cenpec, 2022).

É importante que se diga, portanto, os efeitos perniciosos de ações como estas. A violência que atinge meninas e mulheres tem como raiz os diferentes valores atribuídos culturalmente a mulheres e homens que determinam expectativas sobre seus comportamentos. É a desigualdade de gênero nas relações entre homens e mulheres, consolidada ao longo de centenas de anos, que delinea as assimetrias e produz relações violentas através de comportamentos que induzem as mulheres a submissão (Bianchini, Bazzo e Chakian, 2022). Quem nunca leu notícia de imprensa sobre um feminicídio em que familiares da vítima diziam que o agressor ameaçara a mulher “se não for mais minha, não será de ninguém”? A ideia de que a mulher é propriedade vitalícia de um homem e que, portanto, não tem o direito de se separar é, possivelmente, uma das expressões mais brutais da violência de gênero em nossa sociedade.

Este processo parece ter se intensificado na sociedade brasileira com a eleição do político de extrema-direita Jair Bolsonaro. Se a eleição de Bolsonaro é sintoma de uma sociedade em que grupos ultra-

conservadores encontraram espaço para florescer, foi em sua gestão que a violência política, a violência contra jornalistas (especialmente mulheres), e a radicalização de parte significativa da população se consolidaram. A antropóloga Adriana Dias conduziu um estudo, publicado ano passado pelo O Globo, que mostrou crescimento de 270,6% no número de grupos neonazistas no Brasil. Em comum, estes grupos promovem o ódio a feministas, negros, população LGBTQIA+ e judeus¹.

Pesquisa recente conduzida pela Monash University e pela ONU Mulheres buscou compreender como a expansão do extremismo violento² na Indonésia, Bangladesh e Filipinas reverbera na agenda de gênero. Como resultado, concluíram que atitudes machistas e o suporte a comportamentos violentos contra as mulheres constituem os fatores mais fortemente associados ao apoio à violência. Nos três países estudados, pessoas que apoiam a violência contra mulheres (e que possivelmente são autoras de violência) são três vezes mais suscetíveis a apoiar o extremismo violento, ou seja, apoiar que práticas violentas sejam empregadas para alcançar objetivos ideológicos, políticos ou religiosos.

Não parece surpresa, portanto, que os dados aqui apresentados revelem um cenário avassalador de agravamento da violência contra a mulher. Se os números servem para chocar, também podem funcionar como bússola para guiar a ação do Estado, das empresas e da sociedade civil em busca de soluções capazes de garantir a vida e a segurança de milhões de brasileiras.

1 Os dados do estudo foram passados com exclusividade para o jornal O GLOBO e estão disponibilizados em: <https://oglobo.globo.com/brasil/com-mais-de-530-celulas-concentradas-no-sul-sudeste-brasil-o-pais-onde-extremismo-de-direita-mais-avanca-25411410>. Acesso em: 27 fev. 2023.

2 Crenças e ações de pessoas que apoiam ou usam da violência para alcançar objetivos ideológicos, religiosos ou políticos (*Parliament of Australia, 2015 - Australian Government measures to counter violent extremism: a quick guide*).

Violência provocada por parceiro ou ex-parceiro íntimo ao longo da vida

- 33,4% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais experimentaram alguma forma de violência física e/ou sexual por parte de companheiro, cônjuge, namorado ou ex-companheiro/ex-cônjuge/ex-namorado. Este resultado é superior à média mundial, estimada em 27% segundo o *Global Prevalence Estimates of Intimate Partner Violence*, publicado pela Organização Mundial de Saúde.
- Expandindo para o universo feminino, estimamos que cerca de 21,5 milhões de mulheres tenham sofrido violência física e/ou sexual por parte do parceiro íntimo em algum momento da vida.
- Dentre as formas de violência destacadas, 24,5% afirmaram ter sofrido agressões físicas como tapa, batida e chute (15,7 milhões); 21,1% sofreram violência sexual ao serem forçadas a manter relações sexuais contra sua vontade (13,6 milhões); e 32,6% foram vítimas de violência psicológica, com insultos, humilhações e xingamentos proferidos de forma reiterada (21 milhões).
- Outras formas de comportamento abusivo relatadas foram o excessivo controle por parte do parceiro íntimo em relação ao comportamento e rotinas da mulher. 12,9% das mulheres relataram ter sido impedidas de se comunicar com familiares ou amigos (8,3 milhões), e 9,8% afirmaram ter tido acesso negado a recursos básicos,



como assistência médica, comida ou dinheiro (6,2 milhões).

- Considerando todas as formas de violência listadas (física, psicológica e sexual), 43% das mulheres brasileiras relataram ter sofrido violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida, o equivalente a 27,6 milhões de mulheres com 16 anos ou mais.
- Prevalência relatada é superior entre mulheres pretas (48% deste grupo populacional), apenas com ensino fundamental (49%), com filhos (44,4%), divorciadas (65,3%), com ápice na faixa etária de 25 a 34 anos (48,9%).

Violências sofridas pelas brasileiras em 2022

- 28,9% das mulheres com 16 anos ou mais afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos 12 meses que antecederam a pesquisa, o maior índice dentre as quatro já realizadas. Em relação a última pesquisa, em 2021, o crescimento foi de 4,5 pontos percentuais, o que revela um agravamento das violências sofridas por mulheres no Brasil no último ano.
- Isso significa dizer que cerca de 18,6 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica e/ou sexual no último ano, 50.962 casos diários, o equivalente a um estádio de futebol lotado.
- Na comparação com a pesquisa anterior, conduzida em 2021, houve crescimento de todas as modalidades de violência (gráfico 1).

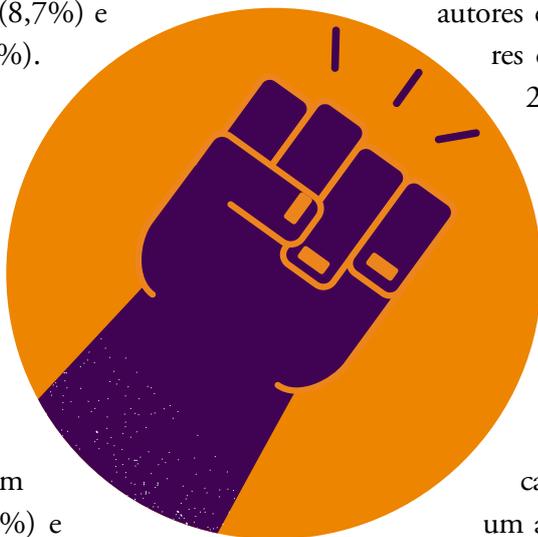
Gráfico 1: Prevalência das violências sofridas pelas mulheres no Brasil (em %) - Comparação das pesquisas de 2021 e 2023



- 7,4 milhões de mulheres (11,6%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer 14 mulheres foram agredidas por minuto no Brasil em 2022.
- O tipo de violência mais frequentemente relatado foi a ofensa verbal, como insultos e xingamentos. Cerca de 14,9 milhões de brasileiras (23,1%) experimentaram este tipo de violência.
- 8,7 milhões de mulheres (13,5%) relataram ter sofrido perseguição. Isso corresponde a 994 casos diários.
- Cerca de 5,8 milhões de brasileiras (9%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais.
- 3,3 milhões de mulheres (5,1%) sofreram ameaças com faca (arma branca) ou arma de fogo. Este dado é bastante preocupante e parece ter se agravado com a ampliação das licenças para porte e posse de arma de fogo ocorridas no Governo Bolsonaro (a pesquisa anterior indicava cerca de 2,1 milhões de mulheres na mesma condição).
- 3,4 milhões de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento (5,4%, bastante superior ao encontrado na pesquisa anterior, em que 2,4% das mulheres relataram esse tipo de violência).
- 1 milhão de mulheres foram vítimas de esfaqueamento ou tiro no último ano (1,6%).
- Embora todas as formas de violência tenham mostrado crescimento, é de se destacar o incremento acentuado de formas de violência física ou ameaças graves, que podem incorrer em morte da mulher, como é o caso do aumento dos episódios de perseguição, ameaça com faca ou arma de fogo e espancamentos.

Perfil da vítima

- Dentre as mulheres que afirmaram sofrer violência no último ano, 65,6% eram negras, 29% brancas, 2,3% amarelas e 3% indígenas. Em relação a prevalência, mulheres negras experimentaram níveis mais elevados de violência (29,9%) do que as brancas (26,3%).
- No que diz respeito ao perfil etário, 30,3% tinham entre 16 e 24 anos, 22,8% entre 25 e 34 anos, 20,6% entre 35 e 44 anos, 17,1% entre 45 e 59 anos, e 9,2% 60 anos ou mais.
- Considerando a prevalência por faixa etária, mulheres mais jovens apresentam maiores níveis de vitimização, sendo ofensas verbais o tipo mais frequentemente relatado. Mulheres de 45 a 59 anos experimentaram os maiores níveis de violências como espancamento (8,2%), ameaça com faca ou arma de fogo (8,7%) e esfaqueamento ou tiro (4,5%).
- Mulheres com baixa escolaridade (ensino fundamental) concentram prevalência mais elevada de agressão física como empurrões e chutes (14,6%), espancamento ou tentativa de estrangulamento (7,7%), ameaça com faca ou arma de fogo (8,3%) e esfaqueamento ou tiro (2,5%).
- Mulheres separadas e divorciadas apresentaram níveis mais elevados de vitimização (41,3%) do que em comparação com casadas (17%), viúvas (24,6%) e solteiras (37,3%), o que se acentua com o aumento da gravidade/intensidade da violência física. A tentativa de rompimento com o agressor e



histórias repetidas de violências são fatores de vulnerabilidade que podem aumentar as chances de mulheres serem mortas por seus parceiros íntimos, o que revela que a separação é, ao mesmo tempo, uma tentativa de interrupção da violência, mas também o momento em que ela fica mais vulnerável.

Frequência, autores e local

- As mulheres vítimas de violência ou agressão nos últimos 12 meses sofreram, em média, quatro episódios de violência no período. Entre mulheres divorciadas a média foi de 9 agressões em um ano.
- 31,3% das mulheres afirmaram que o autor da violência mais grave sofrida nos últimos 12 meses foram seus ex-cônjuges/ex-companheiros/ex-namorados. Este percentual foi superior aos cônjuges/companheiros/namorados, apontados como autores em 26,7% dos casos. Os autores desconhecidos correspondem a 24,5% dos casos.
- A residência se consolida enquanto espaço de maior risco para as mulheres: 53,8% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o episódio mais grave dos últimos 12 meses ocorreu em casa. Este percentual apresentou um aumento de mais de 10 pontos percentuais em relação à primeira edição da pesquisa, realizada em 2017, quando 43,3% das mulheres responderam terem sido vítimas de violência em suas residências.
- O percentual de casos em que a violência mais grave ocorreu na rua foi de 17,6%. Em 2017, a proporção foi de 39,1% dos episódios.

Atitude tomada após a violência:

- 45% das mulheres não fizeram nada em relação à agressão mais grave sofrida.
- 17,3% das mulheres procuraram ajuda da família, 15,6% procuraram ajuda dos amigos, e 3,0% procuraram a Igreja (percentual inferior ao relatado na última pesquisa, quando a Igreja foi procurada por 8,2% das entrevistadas).
- Entre os órgãos oficiais, a Delegacia da Mulher apareceu como principal equipamento buscado (14,0%); 8,5% denunciaram em uma delegacia comum, 4,8% das mulheres procuraram a Polícia Militar (190), 1,7% realizaram a denúncia à polícia através de um registro eletrônico, 1,6% ligaram para a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).
- Entre as mulheres que não procuraram a polícia, 38% delas afirmaram que resolveram a situação sozinhas, com considerável aumento em relação à pesquisa anterior; 21,3% não acreditavam que a polícia pudesse oferecer solução para o problema; 14,4% achavam que não tinham provas para realizar a denúncia, 13,2% não consideraram importante fazer a denúncia, 12,8% tiveram medo de represálias e 10,9% não quiseram envolver a polícia.

Crescimento de todas as modalidades de assédio sexual em 2022

- 46,7% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio sexual nos últimos 12 meses, o que equivale a 30 milhões de mulheres.
- Assédio mais frequente são as cantadas ou comentários desrespeitosos quando estavam andando na rua, o que atingiu 41,0% das mu-

lheres (26,3 milhões). Na pesquisa anterior, o percentual era de 31%.

- 18,6% das entrevistadas (11,9 milhões) receberam cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho.
- 12,8% das mulheres (8,2 milhões) foram assediadas fisicamente em transporte público, como ônibus, metrô ou trem. Isso significa dizer que 16 mulheres são assediadas fisicamente no transporte por minuto no Brasil.
- 11,2% das brasileiras (7,2 milhões) sofreram assédio físico durante uma balada/festa, com abordagem agressiva e contra a sua vontade. Prevalência foi o dobro do indicado na pesquisa anterior (5,6%), realizada no primeiro ano da pandemia no Brasil.

Percepções e testemunhos de violência

- 65,2% da população acredita que a violência contra as mulheres aumentou nos últimos 12 meses. Entre mulheres (70,6%) essa percepção é mais elevada do que entre homens (59,4%).
- 52% da população presenciou alguma situação envolvendo meninas e mulheres sendo agredidas por parentes ou parceiro íntimo, bem como homens brigando ou abordando mulheres de forma desrespeitosa.
- A experiência com a violência parece alterar significativamente a percepção sobre ter testemunhado alguma situação do gênero. Enquanto 45% das mulheres que não vivenciaram nenhuma agressão no último ano relatou ter testemunhado outra mulher sofrendo violência, dentre as que foram vitimizadas no último ano este

dado foi praticamente o dobro, com 83% de respostas afirmativas.

Políticas públicas consideradas muito importantes pelas mulheres para enfrentar a violência baseada em gênero

- 76,5% Punir de forma mais severa aqueles que cometem violência doméstica
- 72,4% Ter alguém para conversar, como um psicólogo ou outro especialista em saúde mental
- 69,4% Oferecer suporte legal e serviços que orientem a mulher
- 67,9% Ampliar a divulgação de campanhas sobre conscientização e denúncia de violência doméstica para homens e mulheres
- 67,2% Garantir acesso a necessidades básicas para mulheres em situação de violência

Recomendações

A partir do que nos disseram as mulheres ouvidas pelo Datafolha em janeiro de 2023, bem como das pesquisas e trabalhos desenvolvidos nessa área, julgamos fundamental registrar algumas recomendações para o desenvolvimento de políticas públicas, mas também projetos e programas que possam auxiliar o enfrentamento da violência contra meninas e mulheres.

- Garantir o acolhimento e escuta qualificada da mulher em situação de violência.
- Ampliar a capacidade de abrigamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes.

- Desenvolver programas de geração de renda e emprego que priorizem mulheres que sofrem ou sofreram violência doméstica.

- Ampliar programas de transferência de renda a mulheres em situação de pobreza, em especial para as chefes de família.

- Desenvolver campanhas sobre prevenção da violência, direitos e segurança, de forma integrada com os equipamentos de áreas sociais, como educação e saúde, para além do trabalho feito nas áreas da segurança pública e justiça.

- Ampliar e executar o orçamento da União para políticas de prevenção, acolhimento e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres.

- Articular e fortalecer as redes de proteção desde o governo federal, incluindo o fortalecimento da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

- Implementação da lei 14.232/2021, que institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres. O desenho de políticas públicas, sua implementação e o monitoramento das ações realizadas demanda a produção periódica de dados e informações.

- Observar o cumprimento da lei 14.316/2022, que determina que 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) sejam direcionadas para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Considerando o valor arrecadado pelo FNSP em 2022, segundo o Portal da Transparência³, e assumindo que em 2023 a receita será parecida, o Ministério da Justiça deverá

³ Dados extraídos do Portal da Transparência indicam que o valor arrecadado pelo Fundo Nacional de Segurança Pública no ano de 2022 foi de R\$2.228.255.711,20.

empenhar cerca de R\$110 milhões em ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

- Estimular a adoção de protocolos de atendimento para todos os profissionais de segurança pública, em especial pelas Polícias, que em geral são restritos a unidades especializadas, de modo a garantir o atendimento digno à todas que demandarem algum atendimento das Polícias (considerando que, muitas vezes, a polícia é a porta de entrada dessas mulheres na rede de proteção. Se essa entrada falhar pode ser que essa mulher não volte mais).
- Fortalecer as condições técnicas (tecnológicas e de recursos humanos) para ofertar o atendimento por meio eletrônico, quando for o caso, de forma célere. Não basta existir a plataforma para o registro da ocorrência, mas também profissionais que façam o encaminhamento dos registros em tempo real e que estejam adequadamente treinados.
- Fortalecer a integração entre a rede de acolhimento, as Polícias, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Poder Judiciário e sociedade civil.

SUMÁRIO EXECUTIVO

VISÍVEL E INVISÍVEL:
A VITIMIZAÇÃO DE
MULHERES NO BRASIL

4ª EDIÇÃO - 2023

